

**O PENSAMENTO AGONÍSTICO POR UMA DEMOCRACIA PLURAL:
uma análise da teoria de Chantal Mouffe.**

AGONISTIC THINKING FOR A PLURAL DEMOCRACY:
an analysis of Chantal Mouffe's theory.

Mateus Gustavo Coelho¹

Resumo: Este trabalho pretende analisar a obra da pensadora política belga Chantal Mouffe, através da evolução de seu conceito de uma democracia radical e plural. Baseado na leitura de seus principais textos, escritos em diferentes momentos, pretendemos traçar uma linha de união e evolução ao longo de sua teoria, para que possamos compreender melhor a trajetória desta autora que é um marco no pensamento político contemporâneo. Partindo de um modelo “agonista”, a autora pretende traçar as bases para uma democracia que seja “radical e plural”, onde tanto os conceitos de igualdade e de liberdade sejam respeitados. Apoiada na ideia de que o “político” é indissociável de uma dimensão conflitual, esta que não pode ser eliminada por nenhum processo racional de negociação, a autora faz sua crítica ao modelo deliberativo de Habermas ao mesmo tempo em que crítica o véu da ignorância trazido por Rawls. Ao trazer os argumentos que Mouffe coloca na introdução de seus textos pretendemos compreender como esta teoria foi desenvolvida ao longo da trajetória desta autora.

Palavras-chave: Agonismo, democracia, política.

Abstract: This work intends to analyze the work of the Belgian political thinker Chantal Mouffe, through the evolution of her concept of a radical and plural democracy. Based on the reading of her main texts, written at different times, we intend to draw a line of union and evolution along her theory. So that we can better understand the trajectory of this author who is a landmark in contemporary political thought. Starting from an “agonist” model, the author intends to lay the foundations for a democracy that is “radical and plural”, where both the concepts of equality and liberty are respected. Based on the idea that “the political” is inseparable from a conflictual dimension, which cannot be eliminated by any rational negotiation process, the author criticizes Habermas's deliberative model while criticizing the veil of ignorance brought by Rawls. By bringing the arguments that Mouffe puts in the introduction of her texts, we intend to understand how this theory was developed along the trajectory of this author.

Keywords: Agonism, democracy, politics.

INTRODUÇÃO

Chantal Mouffe é uma das mais proeminentes pensadoras políticas de nosso tempo. Com uma teoria própria derivada de um agir político diferente daquele posto pelo cânone

¹ Doutorando no Programa Interdisciplinar em Ciências Humanas, mestre em Filosofia pela Universidade Federal de Santa Catarina, especialista em Direitos Humanos, licenciado em Filosofia pela Universidade Estadual do Paraná e graduando em Letras Português pela Universidade Federal de Santa Catarina. Atualmente atua como membro do Instituto de Estudos de Gênero (IEG-UFSC) e do Laboratório de Estudos de Gênero e História (LEGH-UFSC). E-mail: mateusgusco@gmail.com ORCID: mateusgusco@gmail.com

Ocidental, Chantal nos abre para uma maneira de se pensar a política por outros modelos, repensando o que entendemos por direita e esquerda a partir do que ela chama de uma “democracia radical e plural”. A autora belga tem como marca o curioso fato de que sua teoria consegue desagradar tanto pensadores de esquerda como de direita. Mas, ao mesmo tempo, por proporcionar uma nova saída para os caminhos democráticos, ela arrebatou cada vez mais entusiastas de sua teoria que extrapola os limites acadêmicos e adentra os campos da política institucional, sendo uma das principais teóricas por trás das bases ideológicas do Podemos, partido político espanhol fundado em 2014 que, apesar de novo, quatro meses após sua fundação, obteve 5 cadeiras no parlamento europeu (7,98%), sendo a quarta candidatura mais votada na Espanha. Se constituindo como fenômeno nas redes sociais, o Podemos superou os partidos tradicionais espanhóis sendo o mais seguido, alterando assim a forma de se pensar a política em um país que já foi a maior potência colonial.

O sucesso do Podemos traz consigo a importância do pensamento político de Mouffe, mostrando na prática que sua teoria pode ser transportada para a realidade de um cenário político. Apesar de em uma primeira leitura a teoria proposta por Mouffe parecer simples, ela propõe toda uma mudança no paradigma ontológico do modelo político. Criticando por um lado o liberalismo racional rawlsiano e, por outro, o agir comunicativo habermaziano. Para ela, estes dois modelos esquecem-se que o antagonismo é sempre uma possibilidade presente no cenário político, sendo a própria dimensão ontológica do “político” que se manifesta como a pluralidade e a diversidade das relações sociais. Como fundamento de sua teoria, Mouffe retoma à controversa obra do filósofo alemão Carl Schmitt no que concerne o conceito de que o político pode ser definido, segundo o autor, a partir da distinção amigo-inimigo. Assim, ela retoma este conceito como parte de sua crítica aos modelos teóricos políticos que buscam eliminar completamente o antagonismo, com a possibilidade de um mundo sem inimigos e onde o consenso possa ser atingido com o diálogo. Desafiando esta visão “pós-política” que, na verdade, ao negar o antagonismo enquanto inerente à política, se configura como uma visão “anti-política”.

Chantal Mouffe possui uma extensa obra, com diversos textos publicados que trazem a sua teoria a partir de diferentes vieses. Neste trabalho pretendemos analisar diferentes momentos de seu pensamento a partir da leitura do que a autora traz na introdução seus principais livros publicados em momentos distintos. Assim, iremos analisar o conteúdo trazido em “The Return of the Political” de 1993, “The Democratic Paradox” de 2000, “On the

Political” de 2005, “Agonistics: Thinking The World Politically” publicado em 2013 e de “For a Left Populism” de 2018 para que possamos compreender melhor a dimensão de sua obra e a evolução de seu pensamento político.

The Return of the Political

“The Return of the Political” é um livro escrito por Chantal Mouffe em 1993, sendo o primeiro livro que publica sem a colaboração de outros autores (neste trabalho usaremos a tradução “El Retorno de lo Político: Comunidad, ciudadanía, pluralismo, democracia radical” traduzido por Marco Aurélio Galmarini e publicado em castelhano em 1999). Assim, é o livro onde Mouffe começa a traçar as bases de sua teoria que vem sendo construída até o presente.

Logo no título da introdução (Por un pluralismo agonístico) podemos perceber que a teoria agonista de Mouffe já estava presente desde os primórdios de seus trabalhos. Ela inicia o texto dizendo que no final do século XX, as sociedades democráticas estavam vivendo em um período perigoso, diante da crescente presença do populismo e de um possível retorno do fascismo. Um período onde a esquerda havia perdido sua identidade e buscava um inimigo o qual a desse novamente uma unidade, consequência da não incapacidade de compreender o papel central das paixões na política.

Com a crise do marxismo, a crença no triunfo de que o modelo liberal democrático, este enquanto encarnação do direito e da razão universal, poderia ser o fim do antagonismo, deixou desorientados os democratas ocidentais diante dos conflitos éticos, religiosos identitários que deveriam ter sido superados. Desta forma, o desaparecimento da fronteira entre totalitarismo e democracia, esta que delimitava amigos e inimigos na política, pode conduzir a uma desestabilização no modelo democrático ocidental.

Mouffe crítica o modelo liberal inaugurado por John Rawls, por este se basear em uma perspectiva racionalista que faz desaparecer o político enquanto antagonismo. Segundo ela, o único caminho para as instituições democráticas é abandonar esta perspectiva, assim ela usa como base a controversa obra de Carl Schmitt. Defendendo que é importante elaborar uma forma de liberalismo que, ao mesmo tempo, não deixe de defender os direitos e o princípio da liberdade individual, mas também, não deixe de lado a questão do conflito e do antagonismo. Mas para isto é necessário criar instituições que permitam transformar o antagonismo em “agonismo”.

Ponto importante no texto é a distinção que Mouffe faz entre: “o político” e “a política”. Segundo ela, “o político”: “está ligado a dimensão de antagonismo e de hostilidade que existe nas relações humanas, antagonismo que se manifesta como diversidade das relações sociais” (1999, p.14). Já “a política”: aponta a estabelecer uma ordem, a organizar a coexistência humana em que condições são sempre conflitivas, pois estas estão atravessadas por “o político” (1999, p.14). Uma razão para isto está na própria etimologia da palavra política, que por um lado deriva do grego *pólemos* e, por outro, de *polis*. Assim, não devemos compreender como papel de uma política democrática tentar domesticar as paixões ou deixar estas relegadas à esfera privada, mas sim coloca-las em cena favorecendo o pluralismo.

Neste ponto, Mouffe parte sua teoria política do pensamento filosófico, afirmando que o modelo agonista só poderia se dar a partir de uma crítica ao essencialismo, este que esteve presente no pensamento político clássico e, em particular, no pensamento liberal. Em suas palavras: “Esta ‘metafísica da presença’ restringe o campo dos movimentos político estratégicos aos logicamente compatíveis com a ideia de uma ‘objetividade’ social” (1999, p.14). A partir desta noção de uma totalidade que se autorreproduz que está o elo entra o liberalismo e a metafísica da presença.

Assim, ela toma o conceito de “exterior constitutivo” como elemento central para o político, pois esta noção se baseia em uma pluralidade de movimentos estratégicos, indicando que toda a identidade se constrói através de oposições duais e hierarquizadas. O conceito de “exterior constitutivo” é fundamental na obra de Mouffe, pois é dele que surge a ideia da construção de identidades coletivas e destas, a noção de um nós/eles, onde a criação de um “nós” se dá pela limitação de “eles”, havendo sempre a possibilidade desta relação nós/eles se transformar em uma relação de amigo/inimigo. Em suas palavras:

Por isso, a questão decisiva de uma política democrática não reside em chegar a um consenso sem exclusão – o que nos daria uma criação de um “nós” que não tivesse um “eles” como correlato -, mas sim, em chegar a estabelecer a discriminação nós/eles de tal modo que seja compatível com o pluralismo. (1999, p.16)

A distinção entre as categorias “inimigo” e “adversário” é o que caracteriza a democracia pluralista. Novamente, nas palavras de Mouffe:

Isto significa que, dentro de um “nós” que constitui a comunidade política, não se verá o oponente como um inimigo a abater, mas sim, um adversário de legítima existência e que se deve tolerar. Suas ideias serão combatidas com vigor, mas jamais se questionará seu direito de defende-las. Porém, a categoria de “inimigo” não

desaparece, pois segue sendo pertinente em relação a aqueles que, ao questionar as bases da ordem democrática, não podem entrar no círculo dos iguais. (1999, p.16)

Assim, distingue-se antagonismo (relação de inimigo) de agonismo (relação de adversário), sendo a relação agonal condição própria de existência da democracia. Desta forma, a democracia não pode sobreviver sem certas formas de consenso, mas, ao mesmo tempo, também deve permitir que o conflito se expresse. Portanto, a ideia de uma “república de centro”, onde os antagonismos fossem completamente extirpados seria desastrosa para a democracia. O abandono das demarcadas posições antagônicas entre direita e esquerda veio acompanhada do desaparecimento de toda referência em relação a pontos diferenciados. Esta situação torna-se perigosa para a democracia, pois abre espaço para movimentos políticos de extrema direita que se articulam através de identidades nacionais, religiosas e étnicas. Em muitos países europeus onde desapareceu esta divisão clara entre direita e esquerda, em nome de uma suposta “maturidade política”, abriu-se um vazio que a extrema direita se apressou em ocupar. Na ausência de formas democráticas é inegável o êxito de discursos de cunho nacionalistas e populistas. Desta maneira:

[...] a democracia não só está em perigo quando há um déficit de consenso sobre suas instituições e de adesão aos valores que representa, mas também quando sua dinâmica agonística se vê obstaculizada por um consenso aparente, que muito facilmente pode transformar-se em seu contrário. (1999, p.18)

É importante sempre lembrarmos que a democracia é frágil e nunca totalmente adquirida, não havendo garantias de sua permanência, se tratando de uma conquista que deve ser defendida constantemente.

O que Mouffe defende é que o consenso em relação aos direitos humanos e os princípios de igualdade e de liberdade são necessários, mas devemos entender que há diversas interpretações para estes princípios e, nenhuma delas, deve ser tomada como a única maneira correta. Assim, ela toma defesa de autores como Foucault, Derrida e Lacan, que acabem sendo postos sob a égide do conceito vago de “pós-modernismo”, onde são acusados de que, com suas críticas ao universalismo e racionalismo, minam a possibilidade de um projeto democrático. Para Mouffe é justamente o contrário, sendo o racionalismo que coloca a democracia em perigo.

Em uma democracia pluralista, todos os agentes sociais devem aceitar o caráter particular e limitado de suas reivindicações, entendendo que as relações sociais são sempre individuais e específicas. Assim, se faz necessária a multiplicação de práticas, instituições e discursos que “modelam individualidades democráticas” para que se possa consolidar o

consenso em relação às instituições democráticas. É justamente em defesa da pluralidade que se dá a importância entre uma direita e esquerda.

Neste ponto Mouffe afirma sua posição à esquerda, entendendo sua obra como a defesa de um “socialismo liberal”. As novas lutas contra o racismo, sexismo e outras formas de subordinação exigem a ampliação do campo de luta por igualdade. De outro lado, a experiência desastrosa de um socialismo ao modelo soviético, fez-se necessário tomar consciência da necessidade de articular a luta por igualdade juntamente com a por liberdade. É assim que ela defende uma radical e plural democracia, capaz de dar uma nova identidade a esquerda criando assim, uma nova hegemonia. Onde a figura do “adversário” busca escapar da dicotomia e superar tanto a visão jacobina de uma política do inimigo, como a liberal da pura e simples competência de interesses. Nas palavras de Mouffe:

Passar por cima desta luta por hegemonia imaginando que seria possível estabelecer um consenso resultante do exercício da “razão pública livre” (Rawls) ou de uma “situação ideal da palavra” (Habermas), é eliminar o lugar do adversário e excluir a questão propriamente política, a do antagonismo e do poder. (1999, p.24)

Assim, devemos entender que a dimensão hegemônica é indissociável das relações sociais na medida em que sempre as constrói segundo formas assimétricas de poder. Sendo o objetivo de uma política democrática não erradicar o poder, mas sim, multiplicar os espaços em que as relações de poder estejam abertas para a contestação democrática.

The Democratic Paradox

“The Democratic Paradox” é uma coleção de ensaios escritos por Chantal Mouffe e publicado no ano de 2000. Os ensaios oferecem uma discussão mais aprofundada sobre o conceito de democracia radical que Mouffe explorou em *Hegemony and Socialist Strategy*, em co-autoria de Ernesto Laclau. Nesta coleção, Mouffe lida com os conflitos específicos entre a teoria democrática pós-marxista que ela e Laclau teorizaram em *Hegemony and Socialist Strategy* e as teorias democráticas concorrentes propostas por Jürgen Habermas e John Rawls. Neste livro, Mouffe começa a esboçar a sua teoria da possibilidade de uma pluralidade democrática baseada no que ela vai chamar de “agonismo” o que veremos mais à frente.

Em um primeiro momento a autora começa a traçar as diferenças entre as antigas democracias e os modelos democráticos da modernidade. Segundo ela, a principal diferença entre o que é conhecido como democracia moderna, democracia representativa, democracia

parlamentar, democracia pluralista, democracia constitucional ou democracia liberal, com o modelo antigo de democracia se encontra no fato de que em sociedades maiores e mais complexas, formas diretas de democracia não são mais possíveis. As sociedades inseridas nesta moderna democracia são sociedades onde o poder, as leis e o conhecimento se constituem em uma indeterminação radical. Enquanto nos modelos antigos o poder estava corporificado na figura de um “príncipe”, já no modelo democrático moderno, uma nova forma social foi inaugurada onde este poder tornou-se um “espaço vazio”. A partir do que ela chama de “revolução democrática”, o antigo princípio de que o poder deve ser exercido pelo povo emerge novamente, mas dessa vez sem o campo simbólico dado pelo discurso liberal com uma forte ênfase no valor da liberdade individual e nos direitos humanos.

O moderno modelo democrático surge de duas concepções tradicionais distintas. De um lado, a visão liberal tradicional que se constitui na que parte do Estado de Direito, para pensar a defesa dos direitos humanos e o respeito pela liberdade individual. De outro, a tradição democrática cuja as principais ideias são as de igualdade, identidade entre governantes e governados e soberania popular. Neste modelo moderno a visão liberal foi democratizada e a democracia liberalizada.

Uma das principais teses de Mouffe é que as instituições democráticas-liberais não estão garantidas, sendo sempre necessário fortalecê-las e defendê-las. Desta forma, a autora retoma a obra de Carl Schmitt que expressa que a lógica democrática está sempre traçada pela fronteira entre “nós” e “eles”. O que não pode ser contestado em uma democracia liberal é a ideia de que é legítimo estabelecer limites à soberania popular em o nome da liberdade, assim se dá a sua natureza paradoxal. Desta forma, ela nos apresenta o argumento central de seu livro, a ideia de que é vital para a política democrática entender que a democracia liberal resulta da articulação de duas lógicas que são incompatíveis e não há maneira de que elas possam ser perfeitamente reconciliadas. Sendo a “negociação” um termo fundamental para se entender os processos democráticos modernos. Entendendo assim que a tensão entre igualdade e liberdade não pode ser conciliada e que só pode haver formas hegemônicas contingentes de estabilização entre seus conflitos.

Apresentando um modelo concreto, ela nos coloca a ideia de que cada vez mais os partidos de esquerda (ligados à noção de igualdade) tem caminhado em direção a uma centro-esquerda, gerando uma falsa ideia da possibilidade de uma conciliação entre os ideais de liberdade e igualdade. Desta forma, partidos de extrema direita têm conquistado diversas

vitórias em inúmeros países, pois em muitos casos, eles são os únicos que denunciam o falso “consenso no centro” e buscam ocupar o terreno de contestação deixado pela esquerda. Isto gera um fenômeno social, em que muitas pessoas perdem sua fé nas formas tradicionais de processos democráticos, tornando-se alvos fáceis para a demagogia de direita. Assim, seu trabalho intenta em pensar de que maneira a teoria política pode contribuir para quebrar esta corrente e criar condições para possíveis soluções para nosso dilema contemporâneo.

No campo da teoria política é particularmente evidente as recentes tentativas de John Rawls e Jürgen Habermas de reconciliar democracia e liberalismo. Não entraremos especificamente na obra destes dois autores, mas apontamos que Mouffe vai além de suas teorias, nos mostrando que a confrontação entre direita/esquerda desempenha um papel crucial para as democracias, assim, a ilusão de que a política poderia organizar-se sem elas pode ter consequências desastrosas.

A partir disto, ela começa a nos apresentar a sua ideia de “pluralismo agonístico”. Para isso, Mouffe retoma a obra de Carl Schmitt e a sua tese de que uma democracia liberal é inviável, visto que o liberalismo nega a democracia e a democracia nega o liberalismo. Mas a autora nos coloca que esta contradição entre liberalismo e democracia é justamente o locus de seu paradoxo, sendo assim, a política democrática liberal um espaço de paradoxo. Havendo um obstáculo para sua completa realização, sendo que os dois, uma perfeita liberdade e uma perfeita equidade seriam impossíveis. Mas esta é a condição da possibilidade da uma forma pluralista de coexistência humana, onde os direitos podem existir e serem exercidos e onde a liberdade e equidade podem manejar a sua coexistência. Desta maneira é importante perceber que a política democrática pluralista consiste em formas pragmáticas, precárias e necessariamente instáveis de negociar seu paradoxo constitutivo.

Mouffe utiliza-se assim das ideias de dois diferentes autores. A primeira é a ideia de Wittgenstein de que é igualmente importante para uma abordagem verdadeiramente pluralista é sua concepção de “seguir uma regra” que pode nos ajudar a visualizar a diversidade de maneiras pelas quais o jogo democrático pode ser jogado. A segunda, é a noção de um constitutivo exterior de Derrida, onde o sistema “nós/outros” é a noção fundamental para constituição de uma identidade política coletiva. O constitutivo exterior nos permite enfrentar as condições de emergência de um antagonismo. Isso surge quando essa relação entre nós, que até então era percebida apenas como simples diferença, começou a ser vista como uma relação entre amigo e inimigo. Para ela, o antagonismo nunca pode ser completamente eliminado e

constitui uma possibilidade sempre presente na política. Assim, é tarefa fundamental da política democrática criar as condições para tornar mais brandas estas relações antagônicas.

Um primeiro passo na argumentação da autora é afirmar que a oposição amigo/inimigo não é a única forma que o antagonismo pode assumir e que este pode se manifestar de outra maneira. Assim, ela propõe distinguir entre duas formas de antagonismo. O antagonismo próprio - que ocorre entre os inimigos, isto é, pessoas que não têm espaço simbólico comum. E o que ela chama de “agonismo”, que é um modo diferente de manifestação de antagonismo porque envolve uma relação não entre inimigos, mas entre "adversários". Adversários sendo definidos de maneira paradoxal como 'inimigos amigos', isto é, pessoas que são amigas porque compartilham um espaço simbólico comum, mas também inimigos porque desejam organizar esse espaço simbólico comum de uma maneira diferente.

Por fim, a autora crítica a ideia de uma “terceira via” para a política, que pensa uma política sem adversários onde todos os interesses poderiam ser reconciliados. Segundo ela, este modelo seria impossível por levar em conta a pluralidade de concepções dos indivíduos. Sendo o específico e valioso sobre a democracia liberal moderna é que, quando bem entendida, ela cria um espaço em que esse confronto é mantido aberto, as relações de poder estão sempre sendo questionadas e nenhuma vitória pode ser final.

A proposta colocada por Chantal Mouffe é de que é fundamental que a teoria política repense estratégias para um modelo de democracia plural, visto que a conciliação entre democracia e liberalismo se constitui em um paradoxo. Para ela, este paradoxo está justamente na necessidade da disputa política dentro do sistema democrático, mas não necessariamente esta disputa baseada no modelo “nós/eles” deve ser encarada de forma antagonista, ou seja, na perspectiva de inimigos, mas sim a partir de um modelo “agonístico”, onde diferentes devem ser encarados como adversários que partilham o mesmo espaço simbólico.

On the Political

Em “On the political”, Chantal Mouffe nos mostra a sua postura crítica em relação em relação ao que ela chama de visão “pós-política”. Publicado em 2005, o livro é dividido em 6 capítulos, incluindo a introdução e conclusão. Logo no início do capítulo I (Introdução), ela nos coloca a ideia de que esta visão “pós-política” se configura enquanto *Zeitgeist*, sendo aceita

em diversos campos do saber, mas que, segundo ela, se configura enquanto um engano, estando na origem de diversos problemas que a democracia contemporânea vem enfrentando.

Este *Zeitgeist*, cada vez mais aceito nas sociedades ocidentais, se configura na ideia de que o estágio de desenvolvimento econômico e político ao qual chegamos constitui-se em um grande progresso. Partindo de uma ideia de liberdade, onde os indivíduos agora livres das amarras coletivas podem finalmente dedicar-se em cultivar diferentes estilos de vida, algo que poderia ser chamado de uma “segunda modernidade”. Com a queda do regime soviético, o “mundo livre” triunfou sobre o comunismo e, como consequência, um mundo sem “inimigos” agora é possível. Um mundo onde consenso pode ser obtido através do diálogo. Mouffe pretende desafiar esta visão que, segundo ela, não se configura enquanto uma “pós-política”, pois ao negar o antagonismo enquanto inerente à política, esta se configura como uma visão “anti-política”. Desta forma, negar o antagonismo nos processos democráticos a partir da ideia de consenso e reconciliação não é apenas um erro conceitual, mas sim, um verdadeiro perigo para toda a política.

Para Mouffe, este modelo “pós-político” surge de uma visão idealizada da sociabilidade humana que prevalece nos dias de hoje, esta que crê que a violência e a hostilidade são fenômenos arcaicos a serem eliminados através do progresso decorrente do contrato social. Onde a possibilidade de um consenso universal e racional que parte de um ideal de “imparcialidade” levou o pensamento democrático à um caminho errado. Desta maneira, Mouffe começa a traçar sua teoria onde esta visão “pós-política” deveria ser substituída pela criação de uma esfera “agonística” de contestação, onde diferentes projetos hegemônicos poderiam ser confrontados.

O modelo “agonístico” poderia ser acusado de “niilismo” pelos que acreditam no pensamento liberal, onde um consenso racional poderia ser alcançado na política, assim como farão aqueles de extrema-esquerda que acreditam na possibilidade de uma “democracia absoluta”. Neste ponto percebe-se um certo tom de arrogância quando Mouffe afirma: “não faz sentido tentar convencê-los de que minha abordagem agonística é informada pelo ‘verdadeiro’ entendimento do ‘político’” (2005, p.4). Assim, a autora busca mostrar as consequências para a política democrática da negação daquilo que ela define enquanto “político”. Este seria a inextirpável dimensão conflitual da vida social.

Assim, Mouffe traz como elemento a obra de Carl Schmitt e a sua contribuição como um “dos mais brilhantes e intransigentes opositores do liberalismo” (2005, p.4). Apesar das críticas

por este ser comprometido com o nazismo, a autora alega que é a força intelectual dos teóricos e não suas qualidades morais que devem guiar com quais trabalhos devemos dialogar. É justamente na negação de teóricos democratas de dialogarem com a obra Schmitt que Mouffe vê uma tendência moralista característica desse *Zeitgeist* pós-político. É nesta tendência moralista onde a divisão entre “direita e esquerda” é substituída por “certo e errado”. Assim, ela afirma: “ao invés de ser formulado como um confronto político entre ‘adversários’, a confrontação nós/eles é tomada pela dimensão moral entre bem e mal, onde oponente só pode percebido como um inimigo a ser destruído [...]” (2005, p.5).

Ponto importante da obra Mouffe é trazer a relevância das paixões no cenário político. Segundo ela, é um erro do racionalismo liberal ignorar a dimensão afetiva que se dá através de identificações coletivas, imaginando que estas “paixões arcaicas” poderiam desaparecer com o avanço do individualismo e do progresso da racionalidade. Portanto, as paixões são fundamentais na construção de nossas identidades coletivas e, se apropriar delas, é fundamental para uma política que vise realmente ser democrática.

Por fim, Mouffe retoma ao tema da hegemonia, presente em suas obras anteriores e afirma:

que ao contrário de muitos teóricos que veem o fim no sistema bipolar como esperança para a democracia cosmopolita, argumentarei que os perigos decorrentes da atual ordem unipolar só podem ser evitados através da implementação de um mundo multipolar, com um equilíbrio entre vários polos regionais permitindo assim a pluralidade de poderes hegemônicos. (2005, p.6)

Agonistics: Thinking the World Politically

Em uma de suas últimas obras publicada, “Agonistics: Thinking The World Politically” de 2013, Mouffe desenvolve a sua filosofia política baseada no modelo agonístico, a partir de uma busca por o que ela chama de uma “democracia radical e plural”. Assim, ela examina as relações internacionais para compreender o futuro da Europa, mostrando que em circunstâncias em que nenhuma alternativa parece possível, a agonística se mostra como um novo modelo para mudanças. Partindo de conceitos como o cosmopolitismo, pós-operarismo e teorias de múltiplas modernidades, ela argumenta a favor de um mundo multipolar com verdadeiro pluralismo cultural e político.

Logo no início ela retoma pontos importantes trazidos em suas obras anteriores. De “Hegemony and Socialist Strategy: Towards a Radical Democratic Politics” (1985), escrita

conjuntamente com Ernesto Laclau, Mouffe afirma uma das bases de sua teoria: que pensar politicamente requer o reconhecimento da dimensão ontológica de uma negatividade radical. Uma negatividade que não pode ser superada pela dialética, onde o antagonismo é sempre uma possibilidade presente. Portanto, a busca por um consenso sem exclusão e a esperança de uma perfeitamente reconciliada e harmoniosa sociedade deve ser abandonada. De “The Return of the Political” (1993) ela retoma a ideia de uma distinção entre “o político” e “a política”, onde “o político” seria a dimensão ontológica do antagonismo e, “a política” seria o conjunto de práticas e instituições que buscam organizar a coexistência humana. Assim, ela retoma ao que ela considera a tese central do pensamento agonístico plural, esta tese que foi elaborada em “The Democratic Paradox” (2000), onde ela argumenta que a tarefa principal pra uma política democrática é fornecer instituições que permitirão os conflitos a partir de um modelo agonístico, onde os oponentes não são vistos como inimigos, mas sim como adversários entre os quais existe um conflito consensual.

Retomando o que já havia dito em “On the Political” (2005), Mouffe nos traz a falácia de um projeto de mundo “unipolar” baseado na ilusão de um mundo cosmopolita que iria além da hegemonia e da soberania. Para ela, esta ideia deve ser renunciada em nome de uma pluralização de hegemonias, estas que estabeleceriam relações mais igualitárias entre polos regionais, onde a abordagem multipolar consistiria em um passo em direção à um modelo agonístico. Mas, ao mesmo tempo, Mouffe amplia o que havia sido trazido em “On the Political” ao investigar as implicações de uma visão de mundo plural. Assim, ela contesta a visão de que a democratização requer a Ocidentalização a partir da defesa de que o ideal democrático pode ser diferente em variados contextos. Ampliando também sua crítica a maneira como teóricos sociais e políticos utilizam o termo “moderno” como qualidade das instituições Ocidentais. Segundo ela, o modelo de democracia liberal não necessariamente representa um estágio mais avançado no desenvolvimento da racionalidade ou da moralidade.

Por fim, Mouffe traz um elemento novo para sua teoria ao falar da importância das artes para a formação de uma democracia plural, pois estas têm o papel de fomentar espaços agonísticos públicos onde lutas contra hegemônicas podem ser travadas contra a hegemonia do modelo neoliberal. Ela também traz sua teoria para a proximidade com os movimentos sociais ao examinar os protestos ocorridos no Oriente Médio e no Ocidente, por exemplo, os ocorridos na Tunísia, no Egito, nos subúrbios franceses e as revoltas no Reino Unido. Segundo ela, estes movimentos devem ser vistos como reação a falta de uma política agonística dentro das

democracias liberais. Estes que buscam uma radicalização (e não uma rejeição) das instituições democráticas liberais.

For a Left Populism

Na sua mais recente obra, publicada em 2018, Mouffe repensa seu pensamento político a partir das insurgências dos movimentos identitários. Criticando um modelo o qual considera ultrapassado de esquerda em que a luta de classes prevaleceria em relação às diferentes formas de opressão, a autora busca ressignificar o conceito de “populismo”, repensando assim um modelo de fazer política diferente, mas que ainda se ampara em seu sistema baseado no “agonismo”.

A partir da crise do neoliberalismo, Mouffe vê a possibilidade da construção de uma ordem mais democrática. Mas, para isso, os movimentos de esquerda, tanto os de cunho marxistas, quanto os de uma social democracia, deveriam levar em conta uma série de movimentos que surgiram após as revoltas de 1968 que se caracterizam como resistência à variadas formas de dominação que não poderiam ser reduzidas apenas aos termos de classe. A segunda onda do feminismo, o movimento gay, as revoltas antirracistas e questões em relação ao meio ambiente, alteraram completamente o panorama político. Mas, mesmo assim, a esquerda manteve uma perspectiva essencialista, também chamada de “essencialismo de classe”, esta que não é suficiente para atender a uma série de demandas contemporâneas.

Assim, a autora propõe uma “radicalização da democracia”, um projeto que consiste na articulação das demandas da classe trabalhadora juntamente com aquelas trazidas por estes movimentos, com o intuito de construir assim uma espécie de “vontade comum”, a qual Gramsci chamou de uma “hegemonia expansiva”. Portanto, deve ser tomado em conta, que as lutas por emancipação são baseadas na pluralidade de agentes sociais.

Ao mesmo tempo, devemos sempre levar em consideração que a extensão e radicalização das lutas democráticas nunca alcançariam uma sociedade plenamente liberada e o projeto emancipatório não poderia mais ser concebido como a eliminação do Estado. Assim, Mouffe retoma ao que já havia dito em seus livros anteriores, de que sempre haverão antagonismos e, por este motivo, a ideia do comunismo, enquanto uma sociedade reconciliada, implicaria no fim da política, devendo assim ser abandonada.

O modelo de social democracia está em crise, sendo cada vez mais desafiado pela ofensiva neoliberal. Desde o ano 2000, quando foi publicado “Hegemony and Socialist Strategy”, a autora percebe uma série de regressões, onde, sob uma pretensa “modernização”, um grupo cada vez maior de partidos social democratas descartam sua identidade de esquerda e, de forma eufemística, redefinem-se enquanto “centro-esquerda”. Este novo modelo implementa aquilo que Stuart Hall chamou de “uma social democracia do neoliberalismo”. Nas palavras de Mouffe:

Ao afirmar que o modelo de política adversarial e de que a oposição esquerda/direita se tornou obsoleta, ao celebrar o "consenso no centro" entre centro-direita e centro-esquerda, o chamado "centro radical" promoveu uma forma tecnocrática de política segundo a qual a política não era um confronto partidário, mas a gestão neutra dos assuntos públicos. (MOUFFE, 2018)

Desta forma, o modelo de globalização neoliberal é visto como um destino que deve ser aceito e as questões políticas são reduzidas a meras questões técnicas.

Ao contrário daqueles que pensam este modelo enquanto a maturidade da democracia, Mouffe o percebe como a origem do processo de esvaziamento das instituições democráticas, onde percebemos cada vez mais a abstenção do papel democrático e um grupo considerável de pessoas que defendem seu desafeto com a democracia. Desta forma, é necessário romper com este modelo pós-político de consenso e reafirmar a natureza partidária da política para que assim seja possível se criar as condições de um debate “agonístico”.

A crise econômica de 2008 expôs as contradições do modelo neoliberal, ao ponto que sua hegemonia vem sendo colocada em questão tanto por grupos de esquerda quanto de direita. É este momento que autora vai chamar de “momento do populismo”. Neste momento de crise hegemônica é necessário estabelecer a fronteira política e o que o populismo de esquerda entende enquanto estratégia discursiva da construção de uma fronteira política entre o “povo” e as “oligarquias”.

Assim, Mouffe retoma ao que havia escrito em “On the Political”, onde sugeria reviver a fronteira entre direita/esquerda. Segunda ela, tal fronteira como tradicionalmente foi configurada não seria mais adequada para articular uma vontade coletiva que contenha a variedade de demandas democráticas dos tempos atuais. O momento atual populista é a expressão de um conjunto de demandas heterogêneas, que não podem ser formuladas apenas em termos de interesses vinculados a determinadas categorias sociais. Mas é importante

entender que a dimensão “populista” não é suficiente apenas para especificar o modelo político requerido na atual conjuntura, é necessário que seja um populismo de esquerda.

Segundo a autora, os próximos anos serão marcados pelo conflito do populismo de direita e o populismo de esquerda como eixo central da política. Assim, ao criar uma política de fronteiras este “momento populista” tende ao “retorno do político” após anos do modelo chamado de pós-político. Tudo dependerá de quais forças políticas conseguirão a hegemonia dentro das atuais demandas democráticas e do modelo de populismo que sair vitorioso da luta contra a pós-política. Mouffe termina seu livro com a seguinte passagem:

Em vez de ver o momento populista apenas como uma ameaça à democracia, é urgente perceber que ele também oferece a oportunidade de sua radicalização. Para aproveitar esta oportunidade é vital reconhecer que a política é por natureza partidária e que requer a construção de uma fronteira entre “nós” e “eles”. Só restaurando o caráter agonístico da democracia será possível mobilizar afetos e criar uma vontade coletiva para o aprofundamento dos ideais democráticos. Este projeto terá sucesso? É claro que não há garantia, mas seria um grave erro perder a chance oferecida pela atual conjuntura. (2018)

Conclusão

Apesar de parecer um pouco repetitiva, o que Chantal Mouffe faz em suas obras é reforçar os princípios básicos de sua teoria. Sempre trazendo o conceito de uma política agonística como fundamental na construção de um novo modelo político caracterizado pela democracia radical e plural. Mesmo que o cerne de sua teoria permaneça inalterado no decorrer de suas obras, a autora traz diferentes perspectivas para o pensamento agonístico, com diferentes elementos que vão completando a construção de seu pensamento. Com isso ela retoma pontos abordados anteriormente, mas sempre a partir de um pensamento crítico repensando as implicações de seu pensamento plural.

A obra de Mouffe apresenta um complexo sistema de pensamento político, que apesar de estar fortemente amparado e referenciado por obras clássicas da teoria política, traz consigo uma perspectiva diferente que desafia a teoria de justiça de John Rawls e a de democracia deliberativa de Habermas. Mouffe faz parte da gama de autores que aposta no modelo agonista como uma perspectiva para o futuro democrático, modelo que tem expoentes de peso como William Connolly e Bonnie Honig.

Samuel Chambers nos dá uma boa definição do que é o agonismo:

O agonismo implica um profundo respeito e preocupação pelo outro; de fato, o *agon* grego se refere mais diretamente a uma competição atlética orientada não apenas à vitória ou derrota, mas enfatizando a importância da própria luta - uma luta que não pode existir sem o oponente. A vitória por omissão ou ausência, ou sobre um oponente indigno, é pequena em comparação com uma derrota nas mãos de um oponente digno - uma derrota que ainda traz honra. Um discurso agonístico será, portanto, marcado não apenas pelo conflito, mas igualmente importante, pela admiração mútua [...] (2001, tradução nossa).

Em seu livro sobre a obra de Connolly, Chambers acrescenta que o agonismo é a dimensão política através da qual cada partido mantém um *pathos* de distância dos outros com quem está envolvido, mas sempre respeitando a dimensão pela qual os limites próprios são reconhecidos e as conexões são estabelecidas através de linhas de diferença (2008, p.142).

Assim, Mouffe utiliza deste conceito, mas de uma forma própria, incorporando-o ao seu pensamento político. Em uma entrevista juntamente com Laclau ela define o uso do agonismo como cerne de seu pensamento político:

Eu uso o conceito de pluralismo agonístico para apresentar uma nova maneira de pensar sobre a democracia que é diferente da concepção liberal tradicional da democracia como uma negociação entre interesses e também é diferente do modelo que está sendo desenvolvido atualmente por pessoas como Jürgen Habermas e John Rawls. Embora tenham muitas diferenças, Rawls e Habermas têm em comum a ideia de que o objetivo da sociedade democrática é a criação de um consenso e, esse consenso, é possível se as pessoas puderem deixar de lado seus interesses particulares e pensar como seres racionais. No entanto, enquanto desejamos o fim do conflito, se queremos que as pessoas sejam livres, devemos sempre permitir a possibilidade de que o conflito possa aparecer e fornecer uma arena onde as diferenças possam ser confrontadas. O processo democrático deve suprir essa arena. (1998)

Por fim, reafirmamos a importância do pensamento político de Mouffe que cada vez mais se faz necessário em um momento que a extrema direita ganha força a partir de discursos ultra nacionalistas que beiram o fascismo. Desde “The Return of the Political” publicado 1993, a autora já percebia um enfraquecimento na esquerda, este que em consequência abriria espaço para a ascensão de discursos de extrema direita. Talvez, se o campo político tivesse compreendido o que Mouffe dizia já em 1993 poderíamos estar vivendo um outro momento na política mundial. Apenas em um campo hipotético, talvez Orbán não tivesse subido ao poder com o seu extremismo no parlamento húngaro; o partido ultraconservador liderado por Jaroslaw Kaczynski não teria a maioria no parlamento Polonês; o discurso apolítico do humorista Zelenski não o levaria a presidência da Ucrânia; talvez os discursos sobre o Brexit não teriam ganhado tanta força no Reino Unido. Neste mesmo campo hipotético, uma figura completamente sem histórico na política como Donald Trump não teria chegado ao poder do país mais rico do mundo. Na América Latina, talvez a Argentina não tivesse passado pela

aspereza do governo Macri; o ultraliberal Sebastián Piñera não estaria na presidência do Chile; talvez Evo Morales não teria sofrido um golpe na Bolívia. Aqui no Brasil, em um cenário conjectural, Dilma Rousseff não teria passado por um processo de impeachment (golpe) e muito menos a completa ausência de política de Jair Bolsonaro tivesse espaço no cenário nacional.

É importante sempre ressaltarmos o contexto social e político em que Mouffe está inserida. Apesar de que muitas vezes seus textos parecem falar diretamente com a nossa realidade aqui na América Latina, devemos lembrar que o ponto de partida da análise feita pela autora está na Europa Ocidental, onde as democracias são muito mais sólidas do que as encontradas em terras sul americanas.

Mouffe já antevia um cenário político onde a extrema direita subiria ao poder a partir dos espaços deixados pela esquerda quando esta aproximou seus discursos do centro. Onde a ideia de um cosmopolitismo suprimiria as identidades nacionais e suas pluralidades abrindo espaço para um ultra nacionalismo com bases conservadoras. Sua teoria pode não ser a única solução e nem mesmo uma solução definitiva para os problemas que as democracias estão encarando na atualidade, mas com certa é uma forma inovadora de encarar a política a partir da diversidade e pluralidade das relações humanas.

Referências

CHAMBERS, Samuel A.. Language and Politics: Agonistic Discourse in The West Wing. *Ctheory*, [s.l.], 11 dez. 2001. Disponível em: <http://www.ctheory.net/printer.aspx?id=317>. Acesso em: 21 mar. 2020.

CHAMBERS, Samuel A.; CARVER, Terrel (ed.). *William A. Connolly: Democracy, Pluralims and Political Theory*. Londres: Routledge, 2008.

LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantal. Hearts, Minds and Radical Democracy. Entrevista concedida a Dave Castle. *Red Pepper*, [s.l.], 1 jun. 1998. Disponível em: <https://www.redpepper.org.uk/hearts-minds-and-radical-democracy/>. Acesso em: 21 mar. 2020.

MOUFFE, Chantal. *El Retorno de lo Político: Comunidad, ciudadanía, pluralismo, democracia radical*. Barcelona: Paidós, 1999. Tradução de: Marco Aurélio Galmarini.

MOUFFE, Chantal. *The Democratic Paradox*. Londres: Verso, 2000.

MOUFFE, Chantal. *On the Political*. Londres: Routledge, 2005.

MOUFFE, Chantal. *Agonistics: thinking the world politically*. Londres: Verso, 2013.

MOUFFE, Chantal. *For a Left Populism*. Londres: Verso, 2018.